



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE SETUBAL  
Realizada em 19 de abril de 2024

N.º 09/2024

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quarto, realizou-se, pelas dez horas e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 102/2024, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente da Câmara Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e na mesma estiveram presente os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do senhor Presidente André Valente Martins (CDU), ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 6.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

**Ordem de Trabalhos**

- 1. Deliberação n.º 282/2024 – Proposta n.º 024/2024 – GAP – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2023 (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro)**
- 2. Deliberação n.º 283/2024 – Proposta n.º 049/2024 – DAF/DICOR/DICONT – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2023**

**Sra. Vice-Presidente** – Informou que por motivos de saúde o senhor Presidente não poderia estar presente. Aquela reunião destinava-se exclusivamente a aprovação dos relatórios de gestão e de prestação de contas quer dos Serviços Municipalizados de Setúbal, quer da Câmara Municipal de Setúbal.

- 1. Deliberação n.º 282/2024 – Proposta n.º 024/2024 – GAP – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2023 (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro)**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 8 a 11.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que foi distribuída uma folha com um quadro que correspondia aos resultados por atividade, porque tinha sido detetado uma gralha, que não alterando o valor final dos somatórios de todas as colunas, tinha uma diferença de valores que estavam trocados nas colunas dos valores intermédios. O que estava sublinhado a azul foram os números alterados relativamente à tabela que estava na proposta inicial. Trava-se de colocar os valores certos nos sítios certos dos números intermédios, não havendo alteração no valor final global.

Após a leitura da proposta referiu que aquele exercício acontecera em 2023, um ano de transição e instalação dos Serviços. Um ano em que só começaram a ter dinheiro entrado a partir de abril/maio e de uma forma consolidada em junho, significou que tiveram seis meses com capacidade de gestão. Disse que foi um ano em que fizeram uma faturação dupla da Águas do Sado e dos Serviços Municipalizados, tendo sido uma coisa complexa de gerir.

Mencionou que foi um ano de grandes dificuldades de apuramento das condições objetivas para desenvolver a atividade, tendo em conta que não existia um histórico anterior compatível com a gestão pública, para além das incertezas criadas pela situação quer nacional, quer internacional do ponto de vista económico, inflação aumento de custos e outros.

Referiu que foi um período em que se visou estabilizar as condições de trabalho dos trabalhadores, em que foi preciso fazer um investimento de grande qualidade nos resíduos, em veículos, automóveis e também noutras áreas dos serviços.

Disse que foi um período em que tiveram que recompor, reconfigurar, alterar a estrutura da organização e fazer recrutamento de pessoal. Foram recrutados naquele ano cerca de 57 trabalhadores, tiveram que fazer um ajustamento à realidade da redução das 40 horas para as 35 horas, que resultou no conjunto de trabalhadores cerca de 14 postos de trabalho em horas trabalhadas que tiveram que recompor, para além de mais 2 trabalhadores, resultante do ACEP com os 25 dias de férias.

Tratava-se de um processo que constava no relatório, descrito com alguma minúcia dos vários movimentos que tiveram que fazer em relação àquele processo. Disse que foi o ano em que, pela primeira vez, fizeram a aplicação da redução da tarifa, porque durante os 13 dias de 2022 mantiveram a tarifa da Águas do Sado.

Para além da redução tarifária, aconteceram outras melhorias financeiras para os municípios, designadamente a redução de 6% no IVA do saneamento, o não pagamento dos ramais para os novos clientes, a redução de 10% na tarifa de saneamento tendo em conta que a tarifa era paga sobre 100% de água, tendo passado a ser paga sobre 90% da água.

Disse serem um conjunto de situações a somar também à limpeza gratuita de fossas de todos os municípios que tinham água canalizada e contrato de água. Referiu que houve uma série de benefícios concretos garantidos durante todo o ano para os municípios, revelando a vantagem da gestão pública do ponto de vista financeiro para as pessoas e com uma capacidade de manter uma intervenção qualificada e uma resposta qualificada.

Transmitiu que foram produzidos muitos documentos que oportunamente iriam à reunião de câmara, para planeamento das intervenções, na redução de fósseis, ruturas e de eliminação de ligações indevidas ou de águas residuais não captadas.

Mencionou haver toda uma panóplia de programas desenvolvidos a par do Plano Estratégico de Resíduos que iria em breve a reunião de câmara, assim como a par do PAPERSU que era desenvolvido e a par do Plano Estratégico para a Água que estava em marcha. Tratava-se de uma série de instrumentos resultando de um trabalho muito intenso e muito complexo ao longo de todo aquele tempo.

Disse ser relevante terem registado a devolução aos municípios, só no tarifário, de 2 milhões e 800 mil euros, tendo sido possível manter a operação com elevada qualidade, sendo possível fazer um grande investimento na melhoria da operação relacionadas com a informática, física e operacionais.

Com o crescimento de trabalhadores foi possível fazer aquela operação, garantindo toda a panóplia de investimentos e de outras novas despesas correntes, apesar de ter um resultado positivo da contabilidade patrimonial e ter um resultado positivo de caixa, que lhes permitira transitar cerca de 800 mil euros para o orçamento daquele ano.

Ainda sem terem uma capacidade de avaliação muito rigorosa e muito precisa, visto que se tratava de um ano de transição e instalação, havendo uma certa contaminação de contas antigas e como ponto de referência, coisas que não eram da gestão pública, podiam-se dizer que a vantagem da gestão pública estava demonstrada naquele relatório.

Disse terem muitas coisas a corrigir e a melhorar, sendo que uma das suas preocupações e olhando para a demonstração de resultados por atividade, obtiveram na água um resultado positivo de 3 milhões e 741 mil euros, no saneamento um resultado positivo de 354 mil euros, sendo bastante inferior tendo em conta que passaram a contar só com 90% da fatura da água para o saneamento.

Referiu terem um resultado negativo nos resíduos, que era uma preocupação muito importante, estando relacionada com o tarifário de 1 milhão 181 mil euros.

Os Serviços Municipalizados estavam em gestão empresarial e cada área de ação tinha que ter resultados positivos para garantir a sua sustentabilidade. Disse ser uma matéria que no futuro teriam que avaliar em reunião de câmara para o mesmo poder ser revisto.

Em termos de contas gerais dos Serviços Municipalizados, para cobrir um conjunto de questões não era assim que deveriam trabalhar, no entanto, ainda estavam num período de instalação. Um dos aspetos que pesou bastante naquela atividade foi o tratamento do saneamento em alta da SIMARSUL no valor de 4 milhões e 600 mil euros, tratava-se de um valor pesado em termos de despesas correntes.

Referiu que houve um esforço de introduzir uma informação detalhada quanto possível e olhando para os relatórios da Águas do Sado tentar ser tão transparente quanto possível na informação à Câmara e Assembleia Municipal, enquanto aquela transparência não era tão evidente nas contas que lhes era apresentada pela Águas do Sado e das quais tentavam desmontar os indicadores que iam sendo apresentados, tonando-os mais claros.

Disse estarem à procura da melhor forma de expor os indicadores. Cada vez que procuravam criar um indicador tinham que fazer uma nova parametrização nos sistemas, que não respondiam, mas responderiam no futuro.

No próximo relatório estariam em condições de ser mais explícitos e mais transparentes, com uma estabilização dos indicadores.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que 2023 foi um ano de descoberta, de operacionalização, um ano que tinha uma curva de aprendizagem bastante significativa e esperavam que o ano de 2024 fosse o ano da implementação daquilo que se aprendera em 2023.

Verificaram no relatório da água aduzida à rede, que não era integralmente água captada pelo município, porque havia uma parte da água que era comprada, tendo questionado se a água comprada era feita por facilidade operacional na sua distribuição, por estar mais próxima do local onde iria ser consumida, por ser mais próxima da rede de distribuição e não por qualquer outro motivo.

Disse verem com muita preocupação aquilo que era o colossal volume de perdas de água no sistema. Ainda antes da reativação dos Serviços Municipalizados, já o senhor vereador Carlos Rabaçal colocava aquela questão, estando a falar de 31,2% daquilo que era a água aduzida ao sistema, estando a falar de quase 3,8 milhões de metros cúbicos, que era bastante significativo.

O relatório contabilizava um prejuízo na ordem dos 300 mil euros, que era associado ao custo de energia de elevação de água, que seria um pouco superior, porque a água que estava na rede, era água já tratada, água em que já tinha sido aplicado o processo de desinfecção com hipoclorito de sódio, sendo que aquele processo de desinfecção tinha um custo, 31,2%, custo esse que acabava por desaparecer. Do ponto de vista ambiental e não era um custo tão pesado, mas tinham um custo financeiro e outro custo que era particularmente relevante nos

tempos que se atravessava, que era o custo social para com a sustentabilidade no que respeitava à água, mas também os danos reputacionais para os próprios Serviços Municipalizados, que advinham do facto de terem uma perda tão significativa de 31,2%, da água que existia no sistema. Sendo aquele problema que era antigo e reconhecido por todos, viam com alguma estranheza, do valor orçamentado para investimento na reparação de condutas, apenas 54 mil euros foram concretizados enquanto despesa, falavam apenas 9% daquilo que era o total orçamentado. Olhando para o relatório percebiam que já existia um valor muito superior que estava cabimentado e adjudicado, mas ainda assim os Serviços Municipalizados foram reativados em dezembro de 2022 e apenas 54 mil euros de concretização era claramente pouco, tendo em conta aquilo que era o volume de perda que existia.

No que se referia à avaliação da gestão dos recebimentos, os Serviços Municipalizados identificavam com grande preocupação as dívidas vencidas de particulares que correspondiam a 3,3% da faturação.

Percebiam pela análise do relatório que aquela dívida vencida foi reduzida ao longo do tempo, pelos acordos de pagamento que vinham sendo feitos e ser cumpridos pelos devedores, no entanto, não viam uma palavra tão assertiva sobre um único devedor que representasse 2,58% da faturação, certamente que se referia ao Município de Setúbal.

O Município de Setúbal tinha, a 31 de dezembro de 2023, dívida vencida aos Serviços Municipalizados superior a 613 mil euros. Os vereadores do Partido Socialista estranhavam que fosse expresso uma preocupação tão significativa sobre o *“cesto onde estavam os ovos de codorniz”* e que não tivessem uma palavra tão significativa e tão representativa daquilo que era o peso da dívida do *“cesto onde tinham os ovos de avestruz”*.

Todos sabiam que era mais fácil fazer a recuperação de dívida, quando aquela dívida estava espalhada por diversos devedores, o risco de recuperação ou de não recuperação, o risco de manutenção do incumprimento era muito menor.

Disse que perceberam que com a alteração do tarifário que ali foi aprovada recentemente, o tarifário da água das autarquias iria ser inferior e o acumular de dívida vencida não iria ter um peso tão significativo no futuro, pelo que seria importante perceber o que tinha sido feito para que aquela cobrança pudesse ocorrer, porque não lhes parecia moral e politicamente defensável que fossem lançados avisos de corte e que fossem estabelecidos acordos de pagamento que tinham que ser cumpridos com particulares, com municípios que passavam muitas vezes por provas financeiras significativas, mas que sobre o município pudesse não existir uma pressão no sentido de ver ressarcido o pagamento da dívida.

Disse que registaram com alguma preocupação que o valor do passivo corrente, que ascendia a 1,9 milhões de euros, estivesse alicerçado em dívidas a fornecedores. Tentava perceber se aquelas dívidas a fornecedores eram dívidas com mais de 60 ou 90 dias, ou se seriam dívidas de faturas que ainda não venceram. Sendo pagamentos que não estavam em atraso, pura e simplesmente não foram feitos, porque a fatura ainda não venceu.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Esperava que 2024 fosse um ano de concretização de tudo aquilo que tinha sido apontado na Câmara Municipal, como principais objetivos para a municipalização dos Serviços Municipalizados.

Disse que os preocupava os resultados negativos, recorrente da questão dos resíduos, porque se tratava de uma questão que estava em crescente, da qual não tinham muito perspectiva que se alterasse, sendo necessário perceber o que teriam que fazer ou o que poderiam encontrar como formas alternativas. Não podiam estar sempre a repercutir no consumidor final. Aquilo com que comprometeram com o regresso dos Serviços Municipalizados foi exatamente a diminuição de custo, pelo que não poderiam baixar de um lado para aumentar do outro.

Disse que gostariam de perceber a questão da não execução do valor total das concretizações das reparações.

Levantou a questão das dívidas a fornecedores, porque era uma questão que os preocupava, não só na câmara, mas também nos Serviços Municipalizados, que sendo um “bebé” ainda era importante perceber aquela questão e que a mesma não se arrastasse.

Disse ser importante quanto à questão da água, estudar as alternativas que poderiam ter, porque como chovera muito já ninguém falava em escassez de água, mas, na verdade, seriam projetos a longo prazo que tinham que ser pensados e equacionados. Tendo em conta aquilo que era apresentado, gostariam de perceber se previam que pudesse dar continuidade àquilo que fora sempre transmitido aos setubalenses, numa perspetiva de diminuição da fatura da água.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Solicitou ao senhor Vereador Joel Marque que lhe relembrasse a primeira questão.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a primeira questão estaria relacionada com a água que era comprada e não captada no município.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que a Câmara Municipal de Setúbal tinha protocolos com as Câmaras de Sesimbra e Palmela para os esgotos e água.

Disse haver situações em que os esgotos de Palmela drenavam para Setúbal, os quais acolhiam e vice-versa. Relativamente ao abastecimento de água também existiam algumas povoações periféricas, que por economia de escala, eram fornecidas de água por outros municípios e o município de Setúbal fazia o mesmo. Tratava-se de uma situação protocolada, que tinha muitos anos e que era uma questão de rentabilidade de meios e recursos.

Informou que as perdas era um assunto muito caro, sobretudo por razões ambientais e por razões económicas.

Em geral, nos outros municípios a água era comprada à EPAL, o que significava que a água perdida comprada tinha um custo brutal. A água em Setúbal e na Península de Setúbal era captada em profundidade, a 250 metros e os custos reais eram de eletricidade e a introdução de hipoclorito para garantir que ela não se estragasse no caminho, sendo que a despesa não era muito grande.

Mencionou que cerca de um milhão de euros em ruturas ultrapassava muito o valor global que consideravam de prejuízo. Disse que a questão que se colocava não era só do “deve e haver” financeiro, mas da questão social e da questão ambiental.

Disse que iriam investir milhões para aliviar o impacto negativo nas contas de 300 mil, por razões ambientais e por razões sociais. Mantiveram o nível de perdas de água, a situação em que tiveram uma perda de água mais acentuada, como era visível no relatório, foi em Azeitão.

Existiam condutas em Setúbal com 80 anos que eram melhor do que as condutas em Azeitão que tinham 20 e 30 anos. No ano de 2024 iriam ter outro grande investimento em Azeitão e outro grande investimento em Setúbal. O investimento tinha sido apreciado em reunião de câmara, com a discrição das ruas que iriam ser afetadas com a respetiva intervenção.

Em relação aos 54 mil euros foi aquilo que gastaram em 2023, de um investimento de 234 mil em Azeitão.

Referiu que só tiveram capacidade de lançar procedimentos a partir de junho, significava que alguns dos procedimentos arrancaram em novembro/dezembro e a despesa real transitou para 2024.

Relativamente à questão da dívida, disse que mantiveram a média da dívida que havia com a Águas do Sado, tiveram uma hesitação nos pagamentos por ignorância ao não terem enviado os avisos de corte às pessoas que não pagaram.

Referiu que foram informados pelas pessoas que reclamavam a razão pela qual não obtiveram o aviso de corte, porque o aviso de corte era o último aviso e as pessoas começavam por pagar. Os Serviços Municipalizados enviaram o aviso de corte, tendo havido um grande pagamento em massa das pessoas que não pagaram.

Disse que foi lógico que não dominavam e que acabara por funcionar. Tinham muito pouca dívida vencida, a maioria da dívida estava em trânsito e estava no processo até ao aviso de corte.

Já tinham feito cortes e a recuperação da retoma foi de uma percentagem muito elevada, significava que os cortes foram no seu essencial retomados, as pessoas pagaram e retomaram o abastecimento.

Naquele ponto de vista estavam bastante bem, muito melhor do que alguma vez imaginaram e queriam aprofundar a boa relação que tinham com os municípios relativamente ao pagamento e às dívidas.

Relativamente ao Município de Setúbal, disse que não tinham grande preocupação, porque tinham um acordo no qual as coisas eram ajustadas, e tinham contas de um lado para o outro, como era o exemplo da utilização do Parque Municipal de Poçoilos para utilização dos Serviços Municipalizados, em que havia uma renda da utilização de Poçoilos que os Serviços Municipalizados não pagavam.

No ano 2023, a câmara fornecera gasóleos das viaturas dos Serviços Municipalizados, pelo que haveria de acertar também aquelas contas. Disse existir uma conta-corrente com o Município, sendo que o mesmo já tinha pago cerca de 1 milhão de euros de faturação.

Em relação às dívidas de fornecedores, disse que não tinham dívidas a fornecedores em atraso, zero de dívidas, pagavam no prazo dos 90 dias.

Disse que caracterizaram aquele ano, como sendo o ano de transição e de instalação e caracterizavam o ano seguinte como o ano da consolidação do desenvolvimento e da expansão, porque iria haver um conjunto de outras atividades que iriam ser obrigados a fazer, no âmbito na área dos resíduos e que ainda não o fizeram.

Disse que teria que haver uma compreensão muito grande do executivo no acompanhamento daquela matéria, iriam informar com toda a transparência sobre o que acontecia, da implicação que iria ter em equipamentos, em recursos humanos e na implicação financeira.

Com o PAPERSU, que até 2030 teriam que fazer uma “cambalhota” o “pino atrás e à frente”, para resolver o problema dos resíduos, coisa que ninguém iria resolver, no entanto, existiam metas que foram estabelecidas, sendo que só para aquela situação precisariam de 8 milhões de euros no investimento. Disseram-lhes que haveria fundos comunitários, mas ninguém sabia quando chegariam, no entanto, as metas já estavam a funcionar e já tinha decorrido um ano.

Tratava-se de um processo bastante complicado que estava em cima da mesa e que seria também para o resto do país.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que o próximo ano seria um ano de grande desafio na área dos resíduos e aquele ano foi um ano de preparação para aqueles desafios, na medida das condições que tinham, no entanto, 8 milhões era muito dinheiro que não o tinham e os restantes municípios à volta também não tinham aquele dinheiro, todos esperavam por verbas que pudessem fazer alguma evolução.

Relativamente às questões do aquífero, disse que lançaram numa tarefa com a criação de um plano estratégico da água de Setúbal. Começaram por fazer um estudo sobre a água de consumo humano, de consumo agrícola, consumo turístico e consumo empresarial.

Disse que depararam que a única fonte de abastecimento que tinham era o aquífero, no entanto, existia um problema, nenhuma entidade em Portugal tinha conhecimento do que se passava com o aquífero.

Há muitos anos a APA tinha uns sensores que avaliavam a evolução e o comportamento do aquífero, os sensores esgotaram a sua capacidade e era preciso cerca de 1 milhão de euros para comprar novos sensores e por essa razão não compraram.

Disse que trabalhavam com estimativas feitas por cientistas, que fazendo estudos complexos da pluviosidade, da penetração da água e da sua recuperação tentavam ter uma ideia de como poderia estar o aquífero.

O aquífero não estava numa situação preocupante, mas descia de acordo com aqueles estudos. Não tinham dados objetivos, e discutiam com a APA para ver se conseguiam fazer um trabalho à volta daquele aquífero como sendo um aquífero fundamental.

Disse estudarem alternativas de abastecimento de água, designadamente na travessia de uma conduta na ponte 25 de Abril ou na ponte Vasco da Gama, que ligasse Setúbal à EPAL para reciclar água nos dois sentidos em caso de necessidade, um estudo muito antigo que estava em cima da mesa, mas que nunca saíra do sítio.

Iniciaram uma conversa com os operadores e com as empresas de Mitrena para a possibilidade de poder criar uma dessalinizadora que pudesse dar resposta.

Falavam de 50 ou 80 milhões de euros para aquilo que seria necessário fazer em Setúbal, mas havia muita hesitação por parte das próprias empresas e das entidades oficiais pela ausência de números mais fidedignos.

A dessalinização em Setúbal seria uma solução para algumas empresas na zona de Mitrena que tinham o consumo normal de água e com cerca de 10 milhões de euros resolvia-se o problema. Se envolvessem a Navigator passariam para 50 a 80 milhões, porque a Navigator consumia mais água do que Setúbal, Palmela e Sesimbra, juntas, consumia quatro vezes a água de consumo para Setúbal, na sua operação, a melhor água do mundo. Seria um investimento muito grande, mas nunca chegaria aos 30%, significava que continuaria a consumir três vezes mais água do que Setúbal.

A Navigator estaria disponível para uma solução eventualmente de dessalinização. Caso não houvesse uma clarificação das entidades oficiais, as empresas não estariam para participar em processos, em que atualmente tinham a água praticamente à borla e iriam passar a pagá-la.

Disse ser um processo bastante complicado que a senhora vereadora Sónia colocou que era trabalhado com a colaboração de uma empresa. Disse que aquela imprecisão não era como no Algarve, porque as albufeiras subiam e desciam, no entanto, eles tinham a mediação do aquífero, coisa que Setúbal não tinha, no Algarve tinham os dados todos e poderiam decidir pelo tipo de solução.

Relativamente à fatura da água, disse que no quadro atual não havia condição para se fazer uma baixa na fatura. Segundo o relatório, o impacto real era superior porque foi prejudicada com os resíduos, no entanto, na faturação da água houve impactos de 20% a 30% abaixo e na tarifa social de 50% a 60% abaixo.

Tratava-se de valores muito grandes, cerca de 2 milhões e 800 mil euros que deixaram de receber relativamente à operação anterior, era muito dinheiro que deixaram de receber quando tinham um investimento brutal para fazer.

Aquela atividade tinha de conseguir garantir a sustentabilidade da tarifa às pessoas, conseguir produzir o resultado suficiente para se manter, conseguir operar e melhorar a sua operação, conseguir investir. Caso não conseguissem investir, certamente não conseguiriam melhorar e não conseguiriam servir melhor a população.

Tudo aquilo fazia parte das regras e não era possível dizer que o resultado era zero e os recursos próprios eram zero, porque não estavam naquela situação. Uma década de investimento poderia dar alterações.

A par de tudo aquilo, os fatores de produção cresceram drasticamente, cresceram com os recursos humanos de uma forma brutal, cresceram na energia que baixara ligeiramente, mas ficando num patamar altíssimo relativamente aos patamares anteriores e cresceram em todas as matérias-primas. A vantagem que permitira fazer aquela baixa estaria relacionada com o facto da fatura estar muito elevada e o facto do custo da água não ser tão elevado.

Quando fizeram a proposta de baixa tarifária, que iria atingir um volume estimado de 2 milhões e 800 mil euros, que seria um suicídio para os Serviços Municipalizados, mas na realidade não foi um suicídio para os Serviços Municipalizados, porque conseguiram garantir a sustentabilidade, a qualidade, para além de tudo aquilo que referiu, resultante de uma forma mais justa do ponto de vista social.

Disse precisarem de avaliar mais as suas contas e garantir o investimento, sendo que toda aquela matéria seria apreciada em reunião de câmara, para que pudessem verificar de que forma o dinheiro pago pelos munícipes na sua fatura seria aplicado no dia a dia dos Serviços Municipalizados.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós remetemos a nossa declaração de voto para aquilo que foi o conteúdo da intervenção, que vamos fazer chegar aos serviços, um documento escrito para ser anexado à ata.”* (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós faremos exatamente o mesmo, até, porque facilita os serviços e faremos chegar a nossa declaração de voto que vai no sentido daquilo que foi aqui dito.”* (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que os serviços de apoio agradeciam aos senhores vereadores, porque a tarefa da elaboração das atas era muito complexa.

## **2. Deliberação n.º 283/2024 – Proposta n.º 049/2024 – DAF/DICOR/DICONT – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que em nome do senhor Presidente da Câmara Municipal iria fazer uma declaração relativamente à prestação de contas e depois abriria o debate para as questões que os senhores Vereadores pretendessem colocar.

*“A prestação de contas e a elaboração de relatórios financeiros num município seguem um conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pela legislação local e pelas boas práticas contabilísticas.*

*A prestação de contas consiste na apresentação de informações financeiras e contabilísticas aos Órgãos competentes, como a Assembleia Municipal e o Tribunal de Contas.*

*Os relatórios e contas são elaborados para fornecer uma visão clara e transparente da situação financeira do município, bem como dos resultados das suas atividades.*

*Em 2023, o volume das receitas totais cobradas líquidas foi de 131 milhões e 700 mil euros, enquanto o montante das despesas pagas foi de 117 milhões e 400 mil euros, ficando em saldo orçamental a diferença 14 milhões e 300 mil euros, a qual reflete, principalmente, as entradas de adiantamentos dos financiamentos do PRR, no montante de 13 milhões e 600 mil euros.*

*Muito embora se tenha verificado um aumento global da receita cobrada, esse crescimento foi sobretudo devido ao impulso verificado nas transferências de capital, reflexo da boa execução do PRR, pelo que a redução gradual nas receitas correntes arrecadadas indica uma tendência descendente destas receitas, reflexo a médio prazo das deliberações tomadas na área da política fiscal municipal.*

*A diminuição da receita de impostos diretos em três milhões e duzentos mil euros, em que se destaca a redução no IMT, foi reflexo de reembolsos relativos a anos transatos de processos objeto de benefícios fiscais.*

*Somando a perda de um milhão e setecentos mil euros na participação variável de IRS, teremos uma perda de receitas correntes com origem fiscal em cerca de cinco milhões de euros.*

*Por outro lado, as despesas totais pagas refletem a atividade desenvolvida ao longo do ano em apreço, destacando-se as despesas com pessoal no montante de 42 milhões e 800 mil euros, resultado da assunção das competências na área da educação, as quais, por si só atingiram sete milhões e cem mil euros.*

Também ao nível da Despesa se salienta o valor global das Transferências de 16 milhões de euros, o qual inclui transferências no âmbito da delegação de competências na área da educação e ação social no valor de dois milhões e trezentos mil euros.

Outro aspeto de particular acutilância é o montante das Transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito da transferência de competências, com um valor de nove milhões de euros, refletindo um acréscimo de um milhão e trezentos mil euros em comparação com 2022.

O montante dos investimentos pagos em 2023 atingiu no valor de 14 milhões e duzentos mil euros. Importa referir que grande parte deles terão de ser executados até ao final de 2025, destacando-se, entre outros, os que dizem respeito à Remodelação das Habitações dos Bairros Municipais e ao Alojamento Temporário, com um investimento global de 181 milhões de euros.

De referir ainda os investimentos na requalificação da EN10-4, no montante global de quatro milhões e setecentos mil euros, no PRR - Acessibilidades 360, no valor de um milhão e trezentos mil euros, no PRR Comunidades Desfavorecidas, investimento que ascende a sete milhões de euros, nos Bairros Comerciais Digitais, com investimento previsto de um milhão e quatrocentos mil euros e nas unidades de saúde familiar da Bela Vista, no valor de quatro milhões de euros, e do Bairro do Liceu, no valor de sete milhões quinhentos mil euros.

A despesa relativa a funcionamento de bens e serviços alcançou o montante de 26 milhões e 100 mil euros.

Para lá da frieza dos números importa referir alguns aspetos que contribuem para o que acabo de relatar.

Começo por falar da questão da habitação, que tem assumido um lugar central nas preocupações dos portugueses e setubalenses.

Na Câmara Municipal, estamos a dar um contributo para minorar este problema. Estamos a construir mais habitação nova e estamos a reabilitar as casas municipais arrendadas e que há muito deviam ter sido beneficiadas.

No conjunto, e com o apoio de verbas do PRR, vamos investir quase duas centenas de milhões de euros nestas operações.

Estamos a terminar projetos para lançar concurso para novas quinhentas habitações da iniciativa municipal para serem colocadas em regime de renda apoiada.

O IHRU, em parceria com o município, tem novecentos fogos de construção nova para colocar em renda acessível e a ACM, uma organização do terceiro sector, tem mais oitenta fogos para colocar em renda acessível.

A Câmara Municipal está a desenvolver um procedimento público para lançar no mercado a construção de 168 novos fogos para renda a custos controlados.

É também neste domínio da habitação que estamos a construir um futuro melhor para quem quiser viver em Setúbal.

É o que fazemos em muitos outros domínios, desde o abastecimento de água e saneamento, em que decidimos que o controle deste serviço deveria regressar ao controle público, depois de 25 anos de privatização decidida pelo Partido Socialista, e com benefícios evidentes para os consumidores em matéria de redução das tarifas pagas.

É o que estamos a fazer, com um conjunto de obras e iniciativas que qualificam mais ainda a nossa cidade e o nosso concelho e que de alguma forma já referi, de que é exemplo perfeito o novo Centro Escolar Barbosa du Bocage, em que vamos investir cinco milhões e quatrocentos mil euros, com apoio de fundos do PRR.

É o que estamos a fazer com um conjunto muito importante de obras de requalificação urbana, cujos concursos públicos estão já a decorrer.

Falo da requalificação da Avenida dos Ciprestes ou da nova Praça do Brasil, onde, em março, foi instalado uma nova obra de arte pública; falo de um conjunto muito importante de obras de melhoria das acessibilidades em ruas estruturais do concelho, onde vamos investir um milhão de euros em vias como as avenidas António Rodrigues Manito, Manuel Gamito, Guiné Bissau, Manuel Maria Portela, Alexandre Herculano e 5 de Outubro ou nas ruas Major Magalhães Mexia, da Escola Técnica, Joaquim Brandão e Almeida Garrett.

Mas podemos também referir as obras de saneamento básico que estão a decorrer na zona da Mourisca, que resolvem um problema de décadas, ou da requalificação da Estrada Mitrena, uma obra de quatro milhões e setecentos mil euros que beneficia bastante esta via muito importante de acesso a uma área do concelho que gera uma parte considerável do PIB nacional.

E porque não lembrar também a obra do novo Centro de Saúde de Azeitão, que abriu as portas à população no dia 12 de fevereiro?

Apesar de a construção de centros de saúde ser uma responsabilidade do Poder Central, a autarquia garantiu o arranque e o acompanhamento desta obra no âmbito de um acordo de cooperação celebrado com a ARS-LVT. Uma obra que representa um investimento municipal de mais de um milhão de euros, além da cedência do terreno, que foi também da responsabilidade da câmara municipal.

E porque falamos de obras da responsabilidade do Poder central, podemos também referir a reabilitação do Convento de Jesus, cuja obra está na terceira e última fase, tendo já sido anunciado que a inauguração da reinstalação do Museu de Setúbal acontecerá já no dia 15 de setembro, Dia da Cidade e Bocage.

Embora se trate de um monumento nacional, foi a Câmara Municipal de Setúbal que assumiu esta responsabilidade e que fez com que a obra chegasse ao fim, como está agora a acontecer.

O momento em que se presta contas numa Câmara Municipal é, necessariamente, um tempo de balanço.

Balanço das contas, mas também balanço do trabalho em curso e do trabalho futuro.

Por isso aqui vos trazemos estas notas a que importa também acrescentar outras apreciações mais gerais, mas que, na realidade, são também decorrentes, em boa parte do trabalho da autarquia.

Um trabalho que, nestes anos, tem feito do nosso concelho um espaço com enorme capacidade de atração para turistas, com significativo crescimento das atividades ligadas a este setor, mas que faz também de Setúbal um território bastante procurado por investidores em várias áreas.

Temos assistido a uma acrescida procura por parte de investidores na área do imobiliário, mas também de indústrias capazes de criar muitos milhares de postos de trabalho e muitos deles altamente qualificados.

Apostámos, nos últimos anos, na qualificação da cidade e do concelho, na renovação e criação de novos equipamentos municipais e na atividade desportiva.

Essa aposta tem produzido notáveis resultados que fazem hoje de Setúbal uma cidade e um concelho com uma extraordinária atividade cultural e desportiva. Os setubalenses e azeitonenses deixaram, como faziam há bem poucos anos, de se deslocarem a Lisboa e a outras localidades para consumirem cultura.

Hoje, a cultura está à porta no renovado Fórum Luisa Todi, na Casa da Cultura, na Gráfica, no Museu do Trabalho e no renovado Convento de Jesus.

Os turistas têm espaços de acolhimento qualificados na Casa do Turismo, na Casa da Baía e no EcoParque do Outão.

Os acessos às praias foram regularizados e trabalha-se ativamente para continuarmos a fazer da Arrábida um território respeitado e cada vez mais valorizado.

Muitas das velhas heranças que nos foram deixadas em testamento, algumas delas verdadeiras dívidas eternas, estão a ser ultrapassadas.

Temos uma cidade moderna, que atrai cada vez mais gente, que atrai indústria de ponta, que atrai quadros altamente qualificados.

Se isto acontece é porque, na Câmara Municipal de Setúbal temos criado as condições para tal, fazendo de Setúbal, finalmente, uma verdadeira capital, depois de anos decisivos em que o marasmo e o desleixo imperaram.

Termino com duas ou três notas essenciais.

Apesar de todas as dificuldades financeiras que temos enfrentado, motivadas por uma inflação galopante, altas taxas de juro e permanente subida de preços, bem como pelo corte

*significativo de receitas fiscais imposto pelos partidos da oposição, continuamos a apoiar as famílias e o movimento associativo, procurando aliviar o peso do custo de vida. Apesar do défice resultante de uma transferência de competências mal concebida e deficientemente financiada na área da educação, défice que, em dois anos, já vai em três milhões de euros, continuamos a trabalhar ativamente para melhorar as condições em que o processo educativo se desenvolve no nosso concelho. Apesar destas dificuldades, continuamos a fazer obra pública com recurso a fundos comunitários ou a empréstimos bancários. Continuamos a fazer mais Setúbal. Foi esse o nosso compromisso que estamos a cumprir.”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que antes de entrar propriamente na discussão do documento e de aprofundar aquilo que era a apreciação da sua bancada, pretendia colocar uma questão.

Referiu que viram no Relatório de Gestão um aumento significativo nos valores de perdas por imparidade, mas acima de tudo das provisões, que aumentaram 6 milhões. Aquele aumento, em consequência, segundo o relatório da constituição de uma provisão recorrente de cedência por parte da Amarsul, de créditos sobre o município à ABFF, normalmente eram circunstâncias que aconteciam sobre créditos vencidos. Questionou em que é que consistia aquele processo.

Disse que o município reconhecia a dívida, mas não reconhecia o credor, pelo que agradeciam que aprofundassem aquela questão.

Uma vez que tinham 3 milhões de euros em provisões para processos judiciais em curso, dos quais se destacavam duas empresas, a DAP com 1 milhão de euros e a SOPSA ECO Innovation com 603 mil euros, haveria um risco de uma decisão judicial que fosse favorável às empresas, pelo que questionou em que é que aqueles processos consistiam.

Aprofundando aquilo que era a análise do documento do ponto de vista da execução orçamental, registava-se uma redução da percentagem de execução da receita total, por efeito da quebra das receitas correntes, mas também por efeito daquilo que era uma permanente sobre orçamentação, que era recorrente de ano para ano, no entanto, em termos reais a receita municipal registar um crescimento relevante mesmo quando expurgado do saldo de gerência do ano anterior.

A variação negativa da receita corrente resultava não só de menor valor cobrado em IMT, outros impostos, no entanto, ainda numa receita superior ao do anterior, como era o caso da Derrama que rendera mais de 900 mil euros, o IMI rendera mais 150 mil euros do que em 2022.

A participação variável no IMT tivera uma redução, mas não de 1 milhão e meio como a senhora Vice-Presidente mencionaram, uma vez que face a 2022 a redução foi sensivelmente 268 mil euros, longe do valor que ali tinha sido apresentado.

Disse existirem variações relevantes naquilo que foi a cobrança de “taxas, multas e outras penalidades” com um crescimento superior a 20%, sensivelmente 1,3 milhões de euros a mais em termos de receita face a 2022.

A queda da receita corrente estava fortemente alicerçada naquilo que era a redução dos rendimentos de propriedade, com menos 3,9 milhões de euros, que deixavam de existir, porque deixavam de receber a renda da concessão da Águas do Sado, tendo naquele momento os Serviços Municipalizados com resultado positivo, quando fosse feita a consolidação de contas, aquele valor acabaria por se esbater um pouco, mas também por via daquilo que fora a queda das outras receitas correntes, com quase menos 10 milhões de euros de receita.

Importava ainda num contexto em que o estacionamento tarifado continuava a expandir-se na cidade, avaliar o volume das receitas nas contas do município. Em 2023, o estacionamento tarifado rendera mais de 760 mil euros, o que representava um crescimento superior a 15% face à receita que obtiveram em 2022.

Quanto às receitas de capital o seu crescimento devia-se sobretudo a dois fatores, o aumento das transferências de capital por via dos projetos cofinanciados, acima de tudo por via do PRR e também o aumento dos passivos financeiros alicerçado numa melhor utilização de capital de empréstimos que já tinham sido contratualizados.

No que respeitava à execução orçamental da despesa, o cenário era dececionante.

O executivo da CDU conseguira, quase numa proeza, gastar menos meio milhão de euros em 2023, do que gastara em 2022. Num cenário em que tinham uma inflação elevada, onde as despesas com pessoal subiram 8%, mais de 3 milhões de euros em função daquilo que foram os aumentos salariais, em bom momento definidos para a Administração Pública. O serviço da dívida aumentara atendendo àquilo que foi o aumento das taxas de juro, que praticamente duplicara, tendo um acréscimo de 900 mil euros, parecia quase um milagre económico, com prodígio de gestão, mas estavam muito longe de milagres e de prodígios.

Disse estarem perante aquilo que foi um abandono progressivo do concelho de Setúbal à sua sorte, num processo de degradação e de abandono do espaço público, como não haveria memória.

O Relatório de Gestão não mentia, na manutenção e conservação de bens que o município gastou em 2023, menos 318 mil euros face a 2022, menos 52% em assistência técnica, menos 129 mil euros do que em 2022, menos 26% em combustíveis e lubrificantes, menos 159 mil e 600 euros, menos 14% em limpeza e higiene, menos 321 mil e 700 euros, menos 23% em formação, vestuário e outros custos com pessoal, menos 240 mil e 800 euros, menos 72%.

A lista era exaustiva e poderiam continuar, certamente que não seria necessário fazer a reprodução integral, até por que quem circulava nas ruas da cidade e nos espaços verdes, não precisava de ler o Relatório de Gestão para saber em que despesa o executivo da CDU decidira cortar.

Das dívidas a fornecedores de 2022 face a 2021 reduziram em quase 3,7 milhões de euros, fruto daquilo que foi uma receita excecional do município que permitira fazer aquela amortização de dívida, aumentaram em 2023 em quase 4,3 milhões de euros, no que respeitava exclusivamente ao passivo corrente, que foi num aumento de 38%.

Disse ser um sinal claro, que estariam perante um executivo com grandes dificuldades em encontrar os pontos de equilíbrio necessários entre a gestão da sua receita corrente e o investimento que o concelho precisava. À exceção daquilo que era financiado pelo PRR pouco se fazia, resultando claramente daquilo que era a evolução das despesas de capital, a evolução das próprias receitas e como elas eram conseguidas, assim como o rigor na gestão das despesas correntes.

Por essa razão, consideravam que se impunha uma alteração ao atual modelo de gestão. Consideravam que não era moral nem politicamente aceitável que a redução das despesas correntes fosse acompanhada pelo aumento exponencial de dívidas a fornecedores, agravando as dificuldades de tesouraria de muitas pequenas empresas que tinham no município seu maior cliente e simultaneamente o seu principal devedor. Não era aceitável que o controlo da despesa corrente se fizesse por contrapartida do abandono do espaço público.

Face ao exposto, os vereadores do Partido Socialista iriam votar contra a proposta de prestação de contas e relatório de gestão, relativo ao exercício de 2023.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse verem com preocupação a diminuição da taxa de execução registada, conforme poderiam verificar no documento, a receita tinha apenas uma execução de 66% daquilo que estava orçamentado.

Acontecera o mesmo no lado da despesa, onde foi mais acentuado, com apenas 59% do que era previsto ter sido executado. Na conta das refeições confeccionadas apenas executaram 47% do que estava orçamentado e não se conseguia compreender aquela questão. Questionou se serviram menos refeições, se diminuíram na qualidade ou se na quantidade.

Na conta das reparações e beneficiação não resultava claro o que estava em causa, no entanto, a execução era de 10%.

Ao contrário daquilo que ali tinha sido dito relativamente à questão da quebra de receita por via das medidas aplicadas em matéria de redução de impostos, na verdade, aquilo que se verificava foi um aumento da receita de impostos a rondar os 6 milhões de euros. Não lhe parecia, que aquele fosse o argumento. O documento mostrava que havia um aumento de 25% relativamente aos gastos com o pessoal, sabendo que era justificado com o resultado da transferência de competências na área da educação e da ação social.

Não se conseguia compreender, o que aconteceu com o agravamento da dívida a fornecedores, reduziram os 10% exigidos pela lei do Orçamento do Estado face a setembro de 2022, no entanto, verificaram que houve um aumento.

Registavam-se mais de 16 milhões de euros em pedidos de adiantamento relativo aos projetos de financiamento no âmbito do PRR, sendo importante perceber daqueles montantes o que iria ser executado e qual seria a componente de fundos próprios da Câmara Municipal que estaria comprometida para aquelas reabilitações.

Para efeitos de prestação de contas foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos em quase 5 milhões de euros, o que não se conseguia compreender. Disse existirem mais de 5,8 milhões de euros em imparidades de clientes, no entanto, não resultava claro quem seriam os devedores.

Disse que a sua bancada referira por diversas vezes e nunca tiveram resposta, de alguns investimentos significativos feitos pela Câmara Municipal, nomeadamente a Praça de Touros e o IMAPARK, onde tiveram a oportunidade em novembro de 2023 de apresentar propostas concretas para a dinamização daqueles espaços, sem terem obtido qualquer resposta por parte do executivo. Tratava-se de investimentos que não tiveram nenhum retorno.

Disse que teriam que se concentrar naquelas questões e não se centrarem na discussão em volta da perda de receita por via daquilo que foi a devolução de impostos.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse ser importante que não confundissem na discussão, entre aquilo que eram as questões do ponto de vista orçamental e as questões do ponto de vista patrimonial. Disse ser uma questão que seria importante, porque a dada altura estariam a confundir coisas.

O Relatório era relativamente explícito e claro nas questões. Procuraram responder a um conjunto de questões que colocaram no ano passado no Parecer de Certificação Legal de Contas, havendo algumas correções que faziam com que surgissem elementos que estariam em dívida de clientes muito antigas e que deveriam ir para imparidades, percorrendo o processo normal.

Disse que quando faziam a avaliação de receitas de impostos, era necessário ver se estariam a falar de receita bruta ou se seria de receita líquida. Os números que referiam faziam de variações de receitas líquidas, porque eram aquelas que contavam nos cofres, refletiam as contas e as disponibilidades do município.

Na análise da receita corrente e da despesa corrente, em 2022 tiveram um facto extraordinário, um aumento de receita corrente na ordem dos 10 milhões de euros e de aumento de despesa corrente paga, que refletiam em saldo os números que a senhora vereadora Sónia referira na ordem dos 10 milhões de euros. Disse que seria natural que nas contas houvesse um reflexo de variações que aparentemente poderiam levar a uma conclusão de menor atividade, mas não correspondia efetivamente a menor atividade.

Deveriam ter em conta a transferência de competências para as freguesias. Um conjunto de ações e de despesa efetuada e que estava em rubricas, como, por exemplo, questões de limpeza e higiene que atualmente era efetuada pelas freguesias e que apareciam nas contas, no aumento das transferências para as freguesias, tal como tinha sido referido pela senhora Vice-Presidente, em mais de 1 milhão de euros só no ano anterior, atingindo um valor superior de 9 milhões de euros, que do ponto de vista das rubricas do orçamento refletiam outras variações.

Disse ser importante terem a compreensão, pelo facto de estarem a retirar receita corrente com origem fiscal ao município, naquilo que era a receita mais consistente, que era aquela

que tinha menores variações, porque decorriam de impostos cujas variações eram mínimas ao longo dos anos.

Referiu que mantiveram a taxa de IMI de 2023 relativamente à taxa de IMI de 2022, sendo que a sua receita espelhava um aumento de 100 mil euros, podendo ter refletido uma diminuição de 100 mil euros. Bastava ter havido mais transações de IMI e mais isenções temporárias naquele período, que implicaria logo na sua manutenção uma quebra.

Intervenção inaudível

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Informou, caso as transações fossem em zonas de ARU e se respondessem a transações com implicação na melhoria da eficiência energética, significaria de imediato a diminuição de receita de IMT.

A receita do IMT para além das características do próprio imposto seria muito conjuntural e ainda estaria sujeita a uma imprevisibilidade, pelo facto da Autoridade Tributária não transmitir a informação necessária relativamente àquilo que eram os processos de contestação ou de reclamação para benefícios fiscais e que os municípios repentinamente viam perdas de receita de imposto, de anos transatos que já tinham entrado nos cofres do município e de repente, tal como aconteceu no ano anterior, desapareciam sem mais explicações e sem uma identificação das transações que se verificavam em concreto.

A Autoridade Tributária em Setúbal andava a prejudicar o Município de Setúbal e andava a criar benefícios/isenções de IMI a contribuintes por conta da não avaliação por parte da Autoridade Tributária da regularização das matrizes prediais que o município já tinha entregue à Autoridade Tributária e a Autoridade Tributária sem qualquer resposta formal ao município continuava sem fazer as respetivas avaliações.

Por cada ano que passava eram isenções de impostos que permitiam ilegalmente aos contribuintes. Falavam de grandes contribuintes, o que criava uma situação de profunda injustiça fiscal no território do município. Tratava-se de uma reflexão e de uma reclamação do Município de Setúbal e do conjunto dos Municípios Portugueses, pela ausência de respostas da Autoridade Tributária das funções que lhes competia e que não exerciam.

Tudo aquilo se refletia nas contas do município.

Disse que seria importante saberem o que estariam a deliberar, se estariam a deliberar que a prestação de contas refletia ou não a situação financeira da Câmara e refletia-se ou não a atividade desenvolvida pela Câmara, independentemente da apreciação do ponto de vista político que cada um pudesse fazer, se a atividade foi ou não correta, se as opções foram ou não as melhores.

Mencionou que seria importante saber se as opções da Câmara refletiam, ou não, a realidade concreta e era nisso que foram chamados a votar naquela proposta de deliberação e era naquilo que teriam que justificar o voto e aquilo que estariam a apreciar.

Referiu ser importante valorizar um conjunto de atividades e um esforço tremendo de investimento que o Município de Setúbal desenvolveu com aquelas dificuldades, com a imprevisibilidade nalguns casos que se verificaram, num contexto de aumento de transferências de competências para os municípios, que não eram acompanhadas do ponto de vista financeiro daquilo que seria a real despesa, num quadro onde o Município de Setúbal desenvolveu, por via das opções que o executivo da CDU assumira já em mandatos anteriores e que naquele mandato deu um salto importante, resultado da própria alteração do enquadramento legal das competências das freguesias.

Poderiam estar a tratar de um novo entendimento do que eram as autarquias locais e o que seriam as funções e competências de cada nível de autarquia local, com as freguesias a assumirem competências importantes no dia a dia e na vida do território, competências que no passado não exerciam ou exerciam de uma forma relativamente precária por via de contratos interadministrativos, que não davam uma continuidade, nem garantiam do ponto de vista técnico as próprias competências e capacidades nas freguesias.

O Município de Setúbal era exemplar naquele trabalho, certamente com defeitos e com dificuldades, no entanto, faziam um caminho que era exemplo para o conjunto das autarquias

do país. Naquele quadro de imprevisibilidades, de dificuldades, daquilo que era a receita efetiva, que daria outra capacidade e outras condições para o desenvolvimento da atividade da Câmara, foi limitadamente, mantinham o nível de atividade muito importante.

No momento em que fizeram outra revolução com a criação dos Serviços Municipalizados e a recuperação das competências no abastecimento e tratamento de águas, ao qual acrescentaram a questão da componente mais pesada dos resíduos.

Disse haver tanto na transferência de competências para as freguesias, como na assunção de novas competências pelos Serviços Municipalizados, sendo que no momento de arranque seria normal que surgissem algumas dificuldades e alguns problemas, mas que naquele momento já estariam em velocidade de cruzeiro e sempre em crescendo de melhoria, o que era significativo e de grande relevo em todo aquele contexto, pelo trabalho que tinha sido desenvolvido e que iria continuar a ser desenvolvido, que perspetivava para os futuros mandatos com a CDU à frente da câmara, a continuação do processo de desenvolvimento do concelho de Setúbal.

**Sra. Vice-Presidente** – Solicitou ao senhor Diretor Municipal que fornecesse informação técnica relativamente às duas primeiras questões que o senhor Vereador Joel Marques tinha colocado.

**Sr. Diretor Municipal** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que a primeira questão correspondia a um conjunto de faturação emitida inicialmente pela Amarsul, mas cedida automaticamente à ABFF.

Daquilo que consideravam, de uma análise jurídica prolongada que foram fazendo, aquela cedência não era admissível, não a consideravam legal, por essa razão não reconheciam a faturação enquanto faturação cedida à ABFF e consequentemente faturação da ABFF.

Aquela faturação substitui a faturação da Amarsul, naquele momento não existia uma dívida à Amarsul, existia exclusivamente uma dívida por substituição.

Atualmente mandavam judicialmente para que aquela cedência fosse anulada e declarada ilegal e consequentemente que a dívida retornasse à esfera da Amarsul enquanto dívida de cariz tributário, que deixara de ser através da cedência, voltariam a reconhecê-la naturalmente, mas até lá não poderiam reconhecer aquela dívida, porque não a consideravam legítima.

Quanto ao mais, tratava-se de um conjunto de injunções que foram intentadas, que por vezes era mais confortável para as empresas, do que celebrar acordos de pagamento, até, porque, isso permitiria outras soluções no futuro para a tesouraria das empresas. Aquilo que fizeram foi refletir orçamentalmente aquela realidade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Por aquilo que tinha percebido da explicação do senhor Diretor Municipal, a dívida que a Amarsul cedera à ABFF não era a dívida vencida.

**Sr. Diretor Municipal** – Disse que não era dívida vencida, nem poderiam naquele momento reconhecê-la.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Questionou se não era dívida vencida à Amarsul.

**Sr. Diretor Municipal** – Disse que não era, porque ela era automaticamente cedida à ABFF e naquele sentido, a dívida cedida e como as duas dívidas não poderiam subsistir juridicamente, uma delas desaparecia naquele sentido. Não era reconhecida, mas era reconhecida através da provisão e um dia que ela voltasse à esfera da Amarsul seria reconhecida.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse estar esclarecido, mas importava fazer uma afirmação, na sequência daquilo que foi a intervenção do senhor vereador Ricardo Oliveira. Disse que não poderiam estar ali apenas a fazer uma apreciação contabilística do documento, a

apreciação contabilística seria mais aprofundada e melhor elaborada pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Tribunal de Contas.

Aquilo que lhes competia era fazer uma avaliação política do documento que espelhasse aquilo que foi a atividade do município.

Não estavam ali só a olhar para balanço e para prestação de contas, avaliavam também aquilo que era um relatório de gestão, do qual era possível fazer uma leitura do que foi a atividade do município e daquilo que eram as escolhas que o documento refletia e com as quais poderiam ou não concordar.

Disse que não concordavam com um conjunto de escolhas que ali estavam refletidas, pelo que votariam em conformidade.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que estava de acordo com o senhor Vereador Joel Marques, uma vez que falavam de escolhas, de uma gestão completamente diferente daquela que seria provavelmente a gestão das outras forças políticas.

Tinham muito orgulho no seu marco e aquele Relatório de Atividades e Prestação de Contas espelhava o enorme trabalho que tinham feito em todas as áreas que efetivamente contavam, que seriam as áreas da saúde, da educação, da habitação, do ambiente e do espaço público. Lamentava que os vereadores tivessem outra opinião em relação àquilo que tinha sido feito. As contas também espelhavam a realidade que o senhor Vereador Ricardo Oliveira dissera, porque atualmente as competências de todas as autarquias locais eram diferentes e naquele período em que faziam aquelas comparações, desde 2020 até 2023 tiveram impactos naquilo que poderia ser o balanço e a comparação.

Contudo, não havia dúvidas nenhuma em acreditar no trabalho das juntas de freguesia do concelho, naquilo que tinha sido a total assunção de competências das juntas nas matérias em que a lei permitira.

Disse que era uma acérrima defensora de trabalho que as juntas de freguesia faziam, porque durante 8 anos estivera numa junta de freguesia, não abonando a favor das juntas de freguesia dependerem das câmaras municipais para poderem desempenhar o seu trabalho, se bem que na Câmara Municipal de Setúbal tinha feito de forma diferente, em que muitas das vezes davam às juntas de freguesia a possibilidade de poderem fazer um trabalho de maior proximidade.

A lei não tinha ido tão longe como poderia ter ido, porque aquelas competências deviam ser competências próprias das juntas de freguesia e não competências transferidas. Poderia ser que um dia ainda se conseguisse dar às juntas de freguesia, o relevo e o papel que mereciam junto da comunidade, dos seus fregueses e dos municípios.

A assunção das competências por parte das juntas traduzira-se numa opção política de reforço de valores importantes para as próprias juntas de freguesia.

O senhor Vereador disse que o cenário da despesa era dececionante, no entanto, já tinha havido anos que o senhor vereador dissera haver despesas à menor coisa e que a Câmara Municipal era gastadora e despesista em muitas áreas.

O cenário da despesa não era dececionante, o que às vezes era dececionante era algumas opções que tomavam que depois não conseguiam dar seguimento àquilo que eram as tarefas e as competências que se propunham. O que era dececionante era o facto de muitas vezes não os ouvirem e a título de exemplo referiu, que as transferências de competências, sobre as quais faziam os reportes e depois não tinham os meios, nem sequer para poder comunicar a razão pela qual o reporte era daquela e não de outra maneira.

Disse que haveria muita coisa para discutir ainda na área da transferência de competências no que respeitava à despesa corrente e não no que dizia respeito aos outros investimentos e as requalificações, porque a própria despesa corrente tinha muita coisa ainda para acertar, agravando o défice de câmara.

Disse terem a chamada “despesa positiva” naquele ano, porque os trabalhadores da câmara, que eram cerca de dois mil, tiveram a oportunidade de alterar as suas posições remuneratórias, dado ter sido um ano em que concluíram o ciclo avaliativo do SIADAP e

porque tiveram a oportunidade de através da opção gestionária de ver melhorada a sua condição salarial, tendo importado em 8% os valores com os gastos de pessoal.

Referiu que para o próximo ano iria continuar, porque a câmara já tinha feito aquilo que lhe competia relativamente a toda a legislação que saíra sobre aquela matéria. Pena que aquele acelerador não tivesse revisto as carreiras dos trabalhadores, que era aquilo que devia ter acontecido, sendo só revistas parte dos técnicos superiores.

Mencionou haver algumas injustiças que teriam de ser corrigidas, nomeadamente em relação aos trabalhadores assistentes operacionais, que tinham 30 anos de serviço e foram beneficiados, no entanto, os encarregados operacionais que estavam na categoria de assistentes operacionais, não foram beneficiados.

Disse haver várias coisas que tinham de ser corrigidas e aquela era uma boa despesa, porque era uma despesa que dava mais condições aos trabalhadores da câmara.

Para fazer daquilo uma boa medida era preciso inverter o resto, era preciso inverter as questões da inflação e as questões dos juros altíssimos nos créditos à habitação. Também era dar outras condições no acesso à habitação, o acesso à saúde e no acesso à educação e só assim daquela forma os salários poderiam crescer, caso contrário não estariam a falar de um crescimento efetivo de salários, mas a falar de alguns ajustes que depois as pessoas não sentiam um resultado concreto e não retiravam o respetivo benefício.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós remetemos a declaração para aquilo que foi a intervenção já tida durante o período de discussão e vamos remeter também à semelhança do que fizemos na proposta anterior a declaração de voto escrita para poder ser anexa à ata.”* (conforme registo n.º 16)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós também faremos chegar o documento, até para facilitar a transcrição para a ata, mas eu faço questão de o ler nesta reunião.”* (conforme registo n.º 17)

*“O Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, no artigo 2º denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) diz-nos que o SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional(...).*

*O anexo I, a que se refere o artigo 2º, diz-nos que “os objetivos do relato financeiro pelas entidades públicas são proporcionar informações sobre essas entidades que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral (...) para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. O relato financeiro não é um fim em si mesmo. O seu objetivo é proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras e é determinado pelas suas necessidades”.*

*No anexo III, a que se refere o artigo, 2.º refere que o relatório de gestão deve divulgar, por cada bem, serviço ou atividade final, a seguinte informação: custos diretos e indiretos de cada bem; rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem); custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico. Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.*

*Ora isto significa que a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2023 da Câmara Municipal são instrumentos de contabilidade pública, são documentos técnicos de ordem financeira e contabilística.*

*Os vereadores do PSD abstiveram-se nesta Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2023, porque este documento reflete a situação financeira e contabilística desta Câmara Municipal que é preocupante, mas infelizmente são os factos.*

*Lamentando que, pese embora tenhamos contribuído de forma séria e comprometida para a governação desta câmara, nomeadamente através de propostas concretas de apoio aos setubalenses, a gestão levada a cabo pelo Executivo CDU, tem demonstrado ao longo do*

*mandato pouca capacidade de concretização de alguns dos compromissos assumidos e no ano 2023 não foi diferente.*

*Vemos com preocupação o aumento das despesas e a diminuta taxa de execução registada. Na hora de prestar contas sobre o ano 2023, continuamos a assistir à incapacidade (não de agora) deste Executivo em efetivamente executar o orçamento previsto. Como se pode verificar, pelos documentos apresentados na Receita apenas 66% do orçamento foi executado, o mesmo acontecendo na Despesa onde o fosso foi ainda mais acentuado, com apenas 59% do que era previsto ter sido executado.*

*Ainda sobre a execução orçamental, dois exemplos:*

*1. Na conta das refeições confeccionadas só se executou 47% do que estava orçamentado. O que é que explica esta execução em matéria de refeições? Serviu-se menos refeições? Diminuiu-se a qualidade e a quantidade das refeições? Não se compreende.*

*2. Na conta das reparações e beneficiação, não resulta claro que reparações e beneficiações estão em causa, será reparações de edifícios municipais, será estradas? A verdade é que a execução é de 10%, foram orçamentados, números redondos, 23 milhões de euros e executaram-se 2,3 milhões.*

*Por outro lado, os resultados líquidos decresceram face ao ano anterior de forma exponencial, sendo este desempenho negativo em mais de 18,6 milhões de euros, quando em 2022 já havia sido negativo em 7,9 milhões de euros, sendo justificado por um aumento dos gastos com pessoal, das transferências e subsídios concedidos, das imparidades de dívidas a receber e dos juros e gastos similares suportados.*

*A autarquia está a empobrecer e não é, contrariamente ao que sugere várias vezes o Sr. Presidente da Câmara, pela diminuição das receitas dos impostos, por via das medidas apresentadas e aprovadas pelo PSD em matéria de impostos, pois, o que verificamos é um aumento das receitas de impostos a rondar os 6 milhões de euros.*

*No mesmo sentido, os fluxos positivos por via do financiamento são superiores ao investimento o que reflete endividamento utilizado para despesas correntes, o que não é reflexo de uma boa gestão.*

*Os gastos com pessoal mostram um aumento de 25%, justificado pela admissão de novos colaboradores no quadro de pessoal do município, resultante da transferência de competências, nomeadamente nas áreas da educação e da ação social.*

*Nos pagamentos em atraso verificamos que se reduziu os 10% exigido pela Lei do Orçamento de Estado face a setembro de 2022, mas fortemente agravado no final de 2023, ascendendo os atrasos nos pagamentos a cerca de 3 milhões de euros, registando-se um forte aumento face a 2022, o que só prejudica os fornecedores, maioritariamente micro, pequenas e médias empresas, colocando uma parte com graves problemas de tesouraria.*

*Registaram-se mais 16 M€ em pedidos de adiamento relativos aos projetos de financiamento no âmbito do PRR – Habitação, mais concretamente na reabilitação dos Bairros: Alameda das Palmeiras (aproximadamente 2,3 M€), Forte da Bela Vista (aproximadamente 3,1 M€) e Bairro da Bela Vista (aproximadamente 8,1 M€). Destes montantes desconhecemos quanto é que irá ser efetivamente executado. Não se sabe também qual a componente de fundo próprios da CMS é que está comprometida para estas reabilitações e qual a fonte de financiamento para as mesmas, será por via de receitas próprias ou mais endividamento?*

*As rubricas Perdas por Imparidade (+3 M€) e Provisões (+6 M€) são as que apresentam o maior crescimento.*

*Estão 8,5 M€ identificados em Provisões relativamente aos diversos processos judiciais que se encontra em curso. Após apreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 4.825.770,07€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de correrem decisões desfavoráveis ao Município, é, no entanto, uma estimativa.*

*Existem mais de 5,8 M€ em imparidades em clientes, no entanto, do documento não resulta claro quem são os devedores do município e a que correspondem essas dívidas.*

*Estes registos demonstram a forma arbitrária de distribuição dos dinheiros públicos, é uma gestão pouco planeada, que evidencia a falta de concretização e a clara dificuldade em fazer*

*diferente. Demonstra a dificuldade do Executivo em empreender, e com este cenário, não podem os vereadores do PSD deixar de manifestar a sua preocupação por mais um ano perdido e na dificuldade de compreender a estratégia adotada. É urgente que nos tornemos eficientes do ponto de vista económico para alavancarmos o desenvolvimento económico e territorial da cidade.*

*Não podemos deixar de referir hoje, que desde o início do presente mandato que os Vereadores do PSD têm vindo a alertar este Executivo sobre o estado de degradação da Praça de Touros Carlos Relvas e da falta de investimento e dinâmica no IMAPARK. Estes foram investimentos que oneraram bastante os setubalenses e por isso, apresentámos em discussão do Orçamento Municipal de 2023 sugestões concretas de dinamização de ambos os espaços como forma de haver retorno para o Município dos investimentos realizados, mas até hoje não houve qualquer resposta por parte do Executivo Municipal sobre estas questões, nem resposta, nem ações.*

*Abstemo-nos, porque a CDU não conseguiu executar, quando tinha todas as condições para o fazer, uma vez que a posição financeira era favorável por via dos recursos do PRR.*

*A CDU tinha de ter ido mais longe, teve todos os instrumentos à sua disposição, da nossa parte continuaremos a prosseguir aquilo a que nos propusemos junto dos setubalenses, de forma responsável e ponderada, não colocando em causa a sustentabilidade e funcionamento da Câmara Municipal, mas apresentando medidas concretas que vão de encontro ao que queremos para Setúbal e para os setubalenses.*

*É pelos setubalenses e ao lado de Setúbal que o PSD continuará a caminhar, na certeza de que chegaremos a bom Porto.”*

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

A Sra. Vice-Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Solicitou o uso da palavra porque se tratava de uma questão de organização dos trabalhos para as próximas reuniões e também da agenda dos Vereadores do PS.

Referiu que a próxima reunião de câmara deveria decorrer no dia 1, na primeira quarta-feira do mês e como coincidia com um feriado, de acordo com aquilo que era prática habitual teriam que fazer uma alteração da data, razão pela qual gostariam de saber para quando se previa a realização da respetiva reunião.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marque que na segunda-feira iria colocar a questão ao senhor Presidente e certamente que na segunda-feira o senhor Dr. Álvaro Saraiva entraria em contacto com os senhores vereadores.

Disse que existiam duas possibilidades para a realização da reunião, o dia 2 ou o dia 8 de maio, uma vez que o mês de maio era grande e caso não houvesse nada de urgente poderiam passar para o dia 8 maio, no entanto, iria colocar a questão ao senhor Presidente para que posteriormente pudesse informar os senhores vereadores.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 11 horas e 50 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Sra. Vice-Presidente da Câmara,



Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 04 de setembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 50 folhas numeradas.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Sofia Casas Novas